



AGENDA LEGISLATIVA

28 DE OUTUBRO A 1º DE NOVEMBRO DE 2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLEN – PLENÁRIO / Plenário da Câmara dos Deputados

Terça-feira (29/10), 13h55

PLP 108/2024 - Institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços - CG-IBS, dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, e dá outras providências. Item nº 5.

Autor: Poder Executivo

Relator: Mauro Benevides Filho (PDT/CE)

Parecer: Pendente

Terça-feira (29/10)

CSAUDE - COMISSÃO DE SAÚDE / Anexo II, Plenário 07, 14h00

REQ 212/2024 - Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater os efeitos e o aumento dos casos de dependência de jogos de apostas eletrônicas, conhecidos como "bets". Item nº 10.

Convidados:

- Representante do Ministério da Saúde (MS);
- Psicólogo Especializado em Dependência;
- Representantes de Associações de Jogadores Anônimos;
- Especialistas em Políticas Públicas de Saúde; e
- Representante do Ministério Público Federal (MPF).

Autor: Messias Donato (REPUBLICANOS/ES)

CPD - COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA / Anexo II, Plenário 13, 14h00

PL 3503/2019 - Altera as Leis nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), determinando que os portais na internet mantidos por empresas privadas e órgãos governamentais disponibilizem ferramenta interativa para tradução de conteúdos digitais para a Língua Brasileira de Sinais; e nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 (Lei de Informática), condicionando o acesso aos benefícios oferecidos pela Lei de Informática à instalação, nos computadores e telefones celulares inteligentes incentivados, de ferramenta interativa embarcada para tradução de conteúdos digitais para a Língua Brasileira de Sinais. Item nº 5.

Autor: Maria Rosas (REPUBLICANOS/SP)

Relator: Erika Kokay (PT/DF)

Parecer: Pela aprovação deste, dos PLs 2951/2021, 104/2023, 4052/2021 e 3391/2023, apensados, com substitutivo.

CICS - COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS / Anexo II, Plenário 05, 14h30

PL 2485/2023 - Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) para dispor sobre a subcapitalização de pessoas jurídicas. Item nº 10.

Autor: da Vitória (PP/ES)

Relator: Ivoneide Caetano (PT/BA)

Parecer: Pela rejeição.

CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA / Anexo II, Plenário 01, 15h00

PL 1354/2021 - Altera o MCI, com a finalidade de criar estímulo à pluralidade e diversidade de notícias, assegurar medidas de proteção ao jornalismo nacional e combate às fake news, para adotar política de tratamento não discriminatório das empresas de mídia de jornais, revistas, rádio e televisão legalmente instituídas bem como para criar mecanismos de equanimidade, pluralidade e diversidade de conteúdo na internet. Item nº 31.

Autor: Denis Bezerra (PSB/CE)

Relator: Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL/SP)

Parecer: Pendente.

PL 1413/2023 - Altera o artigo 517 da lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil) para dispensar permitir o protesto de decisão judicial transitada em julgada independentemente do decurso do prazo de pagamento voluntário. Item nº 35.

Autor: Afonso Motta (PDT/RS)

Relator: Eduardo Bismarck (PDT/CE)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

Quarta-feira (30/10)

CTRAB - COMISSÃO DE TRABALHO / Anexo II, Plenário 12, 10h00

PL 1663/2023 - Revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Item nº 24.

Autor: Fausto Santos Jr. (UNIÃO/AM)

Relator: Ossesio Silva (REPUBLICANOS/PE)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

CCTI - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO / Anexo II, Plenário 13, 10h00

REQ 38/2024 - Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação para debater o Plano Brasil Digital 2030+ Integrando Políticas Governamentais e Sociedade Civil para a Liderança em Transformação Digital. Item nº 3.

Autor: Nely Aquino (PODE/MG)

PL 760/2019 - Dá nova redação aos dispositivos da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990 que dispõe sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica, e dá outras providências. Item nº 9.

Autor: Bacelar (PV/BA)

Relator: Luisa Canziani (PSD/PR)

Parecer: Pela aprovação deste, e do Substitutivo adotado pela Comissão de Saúde, com substitutivo.

PL 587/2022 - Institui a Política Federal TI Verde, para promover a reutilização e reciclagem de computadores e acessórios descartados pelos órgãos públicos federais. Item nº 10.

Explicação: tem como objetivo promover o acondicionamento, reutilização, reciclagem e disposição final adequada de computadores e seus acessórios descartados pelos órgãos públicos federais.

Autor: Carlos Henrique Gaguim (UNIÃO/TO)

Relator: Julio Cesar Ribeiro (REPUBLICANOS/DF)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

PL 4719/2023 - Dispõe sobre o incentivo ao desenvolvimento de inteligência artificial. Item nº 11.

Explicação: Dentre outros, estabelece que os fundos setoriais nas áreas do Agronegócio, Aeronáutico, Biotecnologia, Energia, Espacial, Hidro, Inovar-Auto e Saúde deverão investir, no mínimo, 10% no desenvolvimento tecnológico em inteligência artificial.

Autor: Dimas Gadelha (PT/RJ)

Relator: Sargento Portugal (PODE/RJ)

Parecer: Pela aprovação deste, e do PL 1539/2024, apensado, com substitutivo.

CDC - COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR / Anexo II, Plenário 08, 14h00

REQ 55/2024 - Requer o convite ao Exmo. Senhor Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para comparecer nesta Comissão e prestar esclarecimentos acerca da regulamentação das BETS e legalização de sites de apostas online, além de ações pretendidas pela pasta. Item nº 11.

Autor: Ricardo Ayres (REPUBLICANOS/TO)

PL 1507/2023 - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 para prever a publicidade de produtos e serviços ilícitos em "sites" hospedados em servidores localizados fora do Brasil como crime contra o consumidor. Item nº 15.

Explicação: Altera a lei de proteção do consumidor para estabelecer pena de detenção àqueles que promovam ou permitam publicidade de produtos ilegais nacionalmente em sites hospedados em servidores estrangeiros, ou licenciados em países que os permitam.

Autor: Mauricio Neves (PP/SP)

Relator: Aureo Ribeiro (SD/RJ)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

PL 1954/2022 - Dispõe sobre o tempo como bem de valor jurídico essencial para o exercício dos direitos da personalidade, devendo ser considerado para fins de reparação integral dos danos ao consumidor. Item nº 28.

Explicação: entre outros, reconhece o tempo como um bem de valor jurídico e altera o Código de defesa do Consumidor para considerar, para fins de indenizações, práticas abusivas condutas do fornecedor que impliquem na perda de tempo do consumidor. Além disso, determina que o fornecedor de serviços deverá utilizar de todos os esforços para prevenir a perda de tempo indevida do consumidor.

Autor: Carlos Veras (PT/PE)

Relator: Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS/SP)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

SENADO FEDERAL

Terça-feira (29/10)

CAE - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, 10h00

Reunião - Tema: Apresentação do relatório final das audiências do Grupo da Reforma Tributária.

CCJ - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, 14h30

Audiência Pública - Tema: Destinada a instruir o Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que "Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); e dá outras providências", com especial enfoque sobre alíquotas, regras de não cumulatividade, direito ao creditamento, *split payment*, incidência do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS).

Convidados:

- Antonio Ricardo Alvarez Alban, Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI);
- Josué Gomes da Silva, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP);
- Renato Conchon, Coordenador do Núcleo Econômico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA);
- Representante de João Martins da Silva Júnior, Presidente da CNA;
- José Roberto Tadros, Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC);
- Alessandra Brandão, Consultora Tributária da Confederação Nacional do Transporte (CNT);
- Representante de Vander Francisco Costa, Presidente da CNT; e
- João Carlos Galassi, Presidente da Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS).

Quarta-feira (30/10)**CESP - COMISSÃO DE ESPORTE / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, 10h00**

PL 6118/2023 - Altera a Lei n.º 9.615, de 24 de março de 1.998, e a Lei n.º 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluir a Confederação Brasileira de Games e Esports (CBGE) no Sistema Nacional do Desporto e destinar-lhe recursos oriundos da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos. Item nº 3.

Autor: Izalci (PL/DF)

Relator: Rodrigo Cunha (PODE/AL)

Parecer: Pela aprovação

CCT - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, 11h00

Audiência Pública - Tema: Debater o Programa Conecta e Capacita - potencialidades, resultados parciais e desafios da política pública -, com o objetivo de subsidiar a Avaliação da Política Pública sobre a "Superação dos Obstáculos à Inovação no Brasil".

Convidados:

- Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI);
- Representante do Ministério da Educação (MEC);
- Felipe Morgado, Superintendente de Educação Profissional e Superior do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai);
- Representante do Conselho Nac. das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif); e
- Francilene Procópio Garcia, Vice-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

CCJ - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, 10h00

PL 953/2021 - Institui o Programa de Regularização de Débitos não Tributários (PRD) junto às autarquias e fundações públicas federais e à Procuradoria-Geral Federal e dá outras providências. Item nº 6.

Explicação: prevê a adesão de pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, inclusive aquelas que estejam em recuperação judicial no Programa que alcança débitos não tributários com as autarquias e fundações públicas federais, inclusive com as agências reguladoras, definitivamente constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, vencidos ou não, desde que as respectivas notificações tenham sido realizadas até a data de publicação da presente Lei. As condições de pagamento vão do pagamento a vista com desconto de 100% dos juros, multas e encargos legais até o parcelamento em 239 vezes, com redução de 30%.

Autor: Irajá (PSD/TO)

Relator: Nelsinho Trad (PSD/MS)

Parecer: Pela aprovação, na forma da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo).

PL 133/2022 - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para prever regras de segurança ao usuário do PIX e criar mecanismos de recuperação célere dos valores transferidos, na hipótese de cometimento de crimes patrimoniais – Lei de Segurança do PIX. Item nº 7.

Explicação: determina que, em casos de indícios de crimes patrimoniais através do PIX, deverá ser identificada as instituições financeiras e/ou de pagamento envolvidas no fato, para que forneçam as informações cadastrais do usuário recebedor e demais informações necessárias à elucidação do crime; determinar o bloqueio dos valores e comunicar o bloqueio extrajudicial, no prazo máximo de 24 horas, ao juízo criminal competente.

Autor: Chico Rodrigues (PSB/RR)

Relator: Jorge Kajuru (PSB/GO)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

PL 2891/2020 - Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para permitir a infiltração de agentes de polícia na internet com o fim de investigar os crimes previstos nos arts. 216-B (registro não autorizado da intimidade sexual) e 218-C (divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia) do Código Penal. Item nº 9.

Autor: Marcos do Val (PODE/ES)

Relator: Jorge Seif (PL/SC)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

CREDC - SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA CIBERNÉTICA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, 14h00

Audiência Pública - Tema: Debater as Relações entre Segurança e Defesa Cibernética.

Convidado:

- General de Divisão Alan Denilson Lima Costa, Comandante de Defesa Cibernética e Representante de Comando de Defesa Cibernética.

CCJ - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, 14h30

Audiência Pública - Tema: Destinada a instruir o Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que "Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); e dá outras providências", em especial os interesses dos setores produtivos e o impacto da Reforma Tributária no PIB e na economia com ganhos motivados pela melhor alocação de recursos na economia.

Convidados:

- Antonio Ricardo Alvarez Alban, Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI);
- Josué Gomes da Silva, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP);
- Renato Conchon, Coordenador do Núcleo Econômico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA);
- José Roberto Tadros, Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC);
- Alessandra Brandão, Consultora Tributária da Confederação Nacional do Transporte (CNT); e
- João Carlos Galassi, Presidente da Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS).

Quinta-feira (31/10)

CCJ - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, 10h00

Audiência Pública - Tema: Destinada a instruir o Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que "Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); e dá outras providências". Esse debate deve abordar regimes diferenciados com forte impacto social, como cesta básica nacional, educação, saúde, entre outros. As regras para a devolução personalizada, conhecida como *cashback*, de IBS e CBS.

Convidados:

- Wellington Dias, Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS);
- Paulino Delmar Rodrigues Pereira, Presidente da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (CONFENEN);
- Breno De Figueiredo Monteiro, Presidente da Confederação Nacional de Saúde (CNSaúde);
- João Batista Ferreira Dornellas, Presidente-Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA); e
- Rodrigo Octávio Orair, Diretor de Programa da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda (MF).